

# UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO: MORTE E DOENÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

**Nercinda Pessoa da Silva Brito**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil

Universidade Federal do Piauí

[nercindapessoa@yahoo.com.br](mailto:nercindapessoa@yahoo.com.br)

Bolsista CNPQ/CAPES

**RESUMO:** A partir dos anos de 1990, a historiografia brasileira lançou seu olhar para novos objetos de estudo, como a criança, a sexualidade, a família, o amor, a doença e a morte. Nesse contexto, surgiram historiadores que traçaram vastas pesquisas sobre as atitudes diante da doença e da morte, a saber, Sidney Chalhoub, Ângela Porto, Janete Silveira Abrão, João José Reis, Claudia Rodrigues e Antônio Motta. Este trabalho pretende se apropriar das construções teóricas e metodológicas desses historiadores, no intuito de compreender a relação entre a historiografia, a doença e a morte. Assim, nota-se que são pesquisadores que trabalharam em perspectivas históricas diferentes, mas que atribuem ao estudo sobre o adoecer e o morrer um lugar relevante na História. Enfatiza-se, portanto, o lugar social de fala desses historiadores. Este trabalho faz-se necessário para a viabilização da pesquisa em desenvolvimento que tem como problemática principal a apreensão das representações e práticas em torno da morte, no início do século XX, em Teresina, a partir da relação dos discursos literários, religiosos e médicos da época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia. Doença. Morte.

**ABSTRACT:** Start from the year 1990, the Brazilian historiography has launched its look for new objects of study like the child, the sexuality, the family, the love, the sickness and the death. In this context, emerged historians that drew extensive research about attitudes in front of illness and death, namely, Sidney Chalhoub, Port Angela, Jane Abram Silveira, Joao Jose Reis, Claudia Rodrigues and Antonio Motta. This paper aims to appropriate the theoretical constructions and methodology of these historians, in purpose to understand the relationship between historiography, disease and death. Thus, note that they are researchers who have worked in different historical perspectives, but that ascribe the study about the sick and dying a relevant place in History is emphasized, therefore, the social role of speech of these historians. This work is necessary for the viability that research in developing has as its central problematical the seizure of the representations and practices surrounding death in the early twentieth century in Teresina, start from the relation of literary, religious and doctors speeches of the epoch.

**KEY-WORDS:** Historiography. Sick. Death.

Os seres humanos vivem em constantes embates por uma vida melhor. Em meio a esses combates, existe o confronto com a doença e a morte, em que a cultura desenvolvida nas sociedades busca barrar a atuação dessa realidade inexorável. No entanto, as sociedades continuam caminhando dia a dia para a morte, muitas vezes por meio de doenças, um caminhar incessante. Hoje os historiadores voltam-se cada vez mais para perscrutar as atitudes de homens e mulheres frente ao adoecer e à passagem inexorável que se dá no fim de toda existência humana: a morte. Trata-se de um fazer historiográfico que visa observar a historicidade da doença e da morte, percebendo-as como mutáveis, pois as representações e práticas em torno desses fenômenos estão inseridas em um contexto e nas vivências culturais de uma época.

Nesse sentido, analisam-se as práticas historiográficas de pesquisadores, historiadores ou não, que traçaram trabalhos elencando como objeto de estudo a doença e/ou a morte. Dentre o universo de pesquisadores, escolhe-se alguns que tratam da história da doença e da morte no Brasil, como Sidney Chalhoub, Ângela Porto, Janete Silveira Abrão, João José Reis, Claudia Rodrigues e Antônio Motta.

Visa-se com este trabalho demonstrar as conexões elaboradas, por esses historiadores, com seus lugares sociais de fala, as singularidades e aproximações entre eles, tendo como pressuposto que é importante para o historiador conhecer como se constrói a história, como se dá seu modo de fazer, relegando um lugar de destaque para a “operação historiográfica”, que se trata da “combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita” (CERTEAU, 2007: 66). Assim, lança-se mão sobre os ensinamentos de Michel de Certeau que destaca que é na escrita que o historiador com suas particularidades é reconhecido, escrita essa que está impregnada do lugar social de onde o historiador fala, da instituição a que pertence, pois “não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio em que realizo uma investigação” (CERTEAU, 2007: 65).

Busca-se, portanto, compreender as opções feitas pelos historiadores que serão analisados, escolha pelas fontes, métodos, abordagens, enfim, como eles fabricaram suas histórias. Além de um anseio de perceber os modos de fazer dos historiadores da doença e da morte, tem-se a necessidade de percepção do que é ser historiador e como eles fazem uso das técnicas da sua profissão, como expõe as inquietações de Certeau:

O que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo a sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é esta profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas. (CERTEAU, 2007: 65).

Um passeio pela historiografia elaborada sobre o adoecer e o morrer se faz necessário pelo fato de se estar desenvolvendo uma pesquisa que tem como objetivo analisar historicamente as representações e práticas frente à morte, entre os anos de 1900 e 1930 na cidade de Teresina, capital do Piauí. Nesse contexto, busca-se abordar “[...] toda a rede de gestos e ritos que acompanham o percurso da última enfermidade até a agonia, ao túmulo e ao outro mundo” (VOVELLE, 1991: 131). Para isso, elencam-se as representações literárias através da obra poética de Lucídio Freitas<sup>1</sup>, as médicas por meio de livros de medicina veiculados na época e as religiosas a partir, principalmente, do jornal *O Apóstolo*, que divulgava, especialmente, o pensamento da Igreja Católica. Acrescenta-se ainda a necessidade de análise das práticas em torno da morte que serão abordadas através do experienciar da proximidade da morte por Lucídio Freitas, como também de outros personagens através do estudo dos necrológios, notícias sobre mortes que se apresentavam quase que diariamente nos jornais da época, descrevendo o adoecer e o morrer de homens e mulheres no recorte a ser analisado. Dessa forma, a discussão sobre os modos de fazer a história da doença e da morte pode informar maneiras de fazer a pesquisa em desenvolvimento. A consciência da dificuldade do ofício do historiador se percebe, ao olhar como outros historiadores traçaram sua arte de escrever história, como percorreram esse árduo caminho da escrita, que métodos utilizaram, como trabalharam com as fontes, observando quais os caminhos possíveis ao se adotar a morte e a doença como objetos de estudo.

### **A doença na historiografia brasileira**

O foco inicial corresponde aos caminhos percorridos na historiografia que tem como objeto a doença. Nesse sentido, faz-se importante historicizar a aproximação dos historiadores dessa temática, tentar rastrear os começos dessa história. Um dos

---

<sup>1</sup> Poeta piauiense que nasceu em Teresina em 1894. Filho de Clodoaldo Freitas e Corina Freitas, é apontado pela crítica literária como um dos grandes poetas do Piauí. Aos 19 anos, bacharelou-se em Direito no Rio de Janeiro, mas não se limitou a trabalhar apenas nessa área, foi também professor e jornalista.

primeiros textos com o qual se teve contato e que aborda a doença abrindo possibilidades para esse campo é um pequeno artigo denominado O corpo: o homem doente e sua história, de Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, que compõe a coleção organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, publicada em 1974, que trata da história nova descendente do movimento dos *Annales*, dividida em três volumes, *História: novos problemas, novos objetos, novas abordagens* (BURKE, 1992). No artigo em análise, há como problema demonstrar como a doença em si se constrói enquanto objeto para o historiador, ela não deve ser abordada como um mero pretexto para a análise de outro objeto. Com isso, os autores defendem a necessidade de analisar a experiência da doença na cultura ocidental, pois ela “constitui uma história que, no entanto, vem do exterior mudo da história; ela é por excelência social, porém seu lugar na sociedade não é assinalável; ela é evidente, mas impalpável; coletiva, mas assinalável sobre um único indivíduo” (REVEL; PETER, 1989: 142). O ser doente, sua doença e os processos de cura estão lançados como possíveis problemas para a história, trata-se de um fazer historiográfico necessário para a compreensão da relação dos humanos com seus enfermos. O historiador não se mostrou passivo diante desse objeto e produziu uma historiografia sobre a doença:

Presentemente a história testemunha à sua maneira, essa posição. Para ela a doença tornou-se um objeto de eleição, consagram-se-lhe pesquisas, teses, revistas inteiras. Ao mesmo tempo ela continua a criar uma inquietação; se a designa como uma ‘zona’ longínqua, um ‘subsolo’, ou numa referência significativa à etnologia, como um terreno. É necessário considerar literalmente essa fascinação ambígua, essa inquietação atenta, porque localiza uma interrogação. O saber médico conjurou-a colocando um corpo aberto no centro do discurso científico. No momento em que a clínica se constitui, a história se dá como uma articulação do presente coletivo sobre o passado. É o passado, esse outro morto, que torna possível uma linguagem presente. A doença é precisamente a experiência na qual a divisão se confunde. Causa então espanto que o historiador a perceba, ao mesmo tempo, como uma evidência e como um algures. (REVEL; PETER, 1989: 155).

O estudo da historiografia brasileira sobre a doença inicia-se por meio do historiador Sidney Chalhoub, pesquisador que possui uma ampla produção historiográfica que vai desde a análise de questões da escravidão (*Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*) até a abordagem da literatura enquanto um testemunho histórico (*Machado de Assis, historiador*). Contudo, a obra

que será abordada é *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, livro publicado em 1996, que foi produzido para a obtenção do título de Livre Docência pela Universidade Estadual de Campinas, em 1995. Em linhas gerais, o livro em análise faz uma abordagem historiográfica na perspectiva da História Social em que o autor define o seu lugar de historiador, ao afirmar que é um “especialista em história social – por formação, teimosia e opção política” (CHALHOUB, 1996: 9). A partir da definição desse lugar de fala de Chalhoub, passa-se à análise da obra em si, mostrando os caminhos traçados pelo historiador para a confecção de seu trabalho.

Nesse sentido, faz-se necessário seguir Chalhoub no processo de construção de seu objeto de estudo: como o definiu, como buscou responder aos questionamentos elencados. Esse autor tem na sua obra a pretensão de mostrar os processos, a fabricação de seu ofício, pois ele não inicia seu texto com um objeto já pronto, mas demonstra o percurso da pesquisa, na qual a primeira ideia era abordar a importância das habitações coletivas nas lutas sociais contra a escravidão, porém as fontes o levaram a alçar outros voos, pois “tornou-se evidente, aos poucos, que cortiços e epidemias de febre amarela eram assuntos indissociáveis para personagens eminentes do tempo de D. Pedro II” (CHALHOUB, 1996: 8). Assim, a cidade do Rio de Janeiro de meados do século XIX e início do século XX passou a ser o palco da história contada por Chalhoub. Esse pesquisador escolhe a “primeira entrada da cidade”, estabelecida por Maria Stella Martins Bresciani, para olhar a cidade pela ótica dos discursos dos intelectuais, médicos, governantes, nos quais o que prevalece é a “ideia sanitária [que] nasce com dupla concepção física e moral, ou melhor, com a sugestão de que se atingiria a mente e a formação moral de homem por meio da modificação do ambiente e em decorrência do corpo e do comportamento das pessoas” (BRESCIANI, 1981: 11).

Chalhoub busca no trabalho o entrelaçamento entre políticas de salubridade pública, os cortiços, doenças epidêmicas (febre amarela e varíola), concepções de tratamento, ou seja, insere a doença numa ambiência social, que impulsiona movimentações políticas e sociais, pois, como ele destaca, “trata-se de uma história construída no entrelaçamento de muitas histórias, a da febre amarela convergiu sistematicamente para a história das transformações nas políticas de dominação e nas ideologias raciais no Brasil do século XIX” (CHALHOUB, 1996: 8). Para responder a problematização que elaborou, Chalhoub dialogou com diversos documentos, como manuscritos sobre habitações coletivas, correspondências entre a Junta de Saúde e o

Ministério do Império, periódicos, literatura: romances, crônicas, diários de viajantes, relatórios, leis e anais parlamentares.

*Cidade febril* é uma obra densa que elenca diversas temáticas que perpassaram o contexto que ela aborda. Um passeio pelo conteúdo da obra permite fazer as devidas conexões com o problema apresentado por Chalhoub. No primeiro capítulo, a pauta é constituída pelos cortiços, onde o autor demonstra como uma teia de diferenças sociais propicia uma diversidade de vivências do urbano. Inicia a abordagem da questão da saúde pública, mostrando o surgimento da ideologia da higiene e como ela atuou no social. No segundo capítulo, o autor passa a focalizar mais a doença, no caso a febre amarela, traçando conexões entre a realidade de acometimento dessa moléstia no Brasil e no mundo, delimitando os períodos em que a doença mostrou-se com um caráter epidêmico, através de dados demográficos que contavam o número de mortos por essa moléstia. O autor apresenta a necessidade de fazer uma interlocução entre a febre amarela e as teses médicas que circulavam na época, tendo o devido cuidado de observar as concepções médicas contrapostas à apropriação delas pela sociedade, ou seja, as concepções de doença e cura dos populares. Chalhoub, ao tratar da febre amarela, compreende que o historiador deve buscar se aproximar o máximo possível, por meio das fontes, do contexto que analisa. Nesse sentido, esse pesquisador se mostra perspicaz, ao interpretar o acervo documental que dispõe, pois toda sua obra busca dar para o leitor um panorama das discussões em voga na época, sem temer mostrar as disputas travadas no âmbito dos discursos, a exemplo da movimentação que faz ao trazer à tona as discussões em torno da origem da febre amarela, deixando falar o discurso religioso e o científico.

No terceiro capítulo, Sidney Chalhoub traça a história da varíola e sua atuação no Rio de Janeiro, bem como os tratamentos indicados por médicos, curandeiros, religiosos para essa moléstia. Nesse momento do livro, o autor faz um levantamento da historiografia sobre a varíola e a Revolta da Vacina, discutindo com os trabalhos de José Murilo de Carvalho (1987) e Nicolau Sevcenko (1984) e esclarecendo que elabora outro caminho para tratar da revolta, pois parte da análise na longa duração, desde 1804, ano que a vacina chegou ao Brasil, até 1904, momento de eclosão da revolta, mostrando com essa metodologia que a Revolta da Vacina não pode ser explicada apenas pela análise do ano em que ocorreu, mas é necessário abordar todo o processo de vacinação.

O trabalho de Sidney Chalhoub abre um leque de possibilidades para os historiadores que pretendem lançar mão da doença como objeto, pois ele demonstra

como a sua abordagem pode levar o historiador a passear por outros âmbitos da sociedade que se deseja estudar, como a cidade, a política, as condições de saúde pública, o processo de higienização. Chalhoub mostra que a doença não é anacrônica, que ela está imersa no contexto em que se configura, acumulando definições, concepções de cura diferenciadas de acordo com a época e a sociedade que ela acomete. Desse modo, Sidney Chalhoub atenta-se para a abordagem das ações dos sujeitos em análise imersos no contexto em que viviam, expressando que é esse lugar e época que informam suas atitudes, são movimentados pelo espírito do tempo.

Dando continuidade ao estudo da historiografia referente à doença, passa-se a analisar o trabalho desenvolvido por Ângela Porto para a obtenção do título de doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1997. Trata-se da tese inédita *A vida inteira que podia ter sido e que não foi: trajetória de um poeta tísico* (1997). O trabalho de Porto navega entre diversos campos historiográficos tendo como referências Émile Durkheim, passeando pelo conceito de representação, como também lançando mão dos estudos de Michel Foucault. O objetivo primordial desse trabalho é analisar como o indivíduo acometido pela tuberculose se vê, quais os caminhos que ele percorre, ao se saber tísico. Assim, o sujeito vem à tona, não é uma sociedade inteira expressa em um trabalho, mas um único ser se expressando frente à tuberculose. Ângela Porto defende a plausibilidade do estudo da doença para o historiador, pesquisa para a qual cada vez, mais a historiografia vem se voltando:

Até há pouco tempo, assunto confinado aos manuais médicos, a tuberculose ganhou, de algumas décadas para cá, estatuto de objeto histórico, merecendo análises exaustivas sobre sua evolução. Avolumaram-se os estudos referentes à sua gênese, às estratégias de seu combate e, como não poderia deixar de ocorrer, à sua representação social, consideradas importantes para o modo como esta doença apareceu aos olhos e aos sentimentos das pessoas. (PORTO, 1997: 9).

Ao objetivar um estudo do indivíduo e os sentimentos representados por ele, Porto escolhe trabalhar com a vivência da tuberculose de Manuel Bandeira, analisando desde o seu acometimento pela tísica em 1904 até a sua cura em 1935, a historiadora, porém, busca travar diálogos entre Bandeira e o meio em que estava inserido, entre as representações da doença por ele elaborada e as da sociedade, pois anseia por mostrar que “trata-se antes de estabelecer limites entre os níveis propriamente sociais e individuais, buscando considerá-los como campo aberto onde se trava o diálogo entre o

enfermo, sua enfermidade e o mundo que o cerca” (PORTO, 1997: 14). Para alcançar o objetivo delineado, a autora lança mão a uma diversidade de fontes, como os poemas de Manuel Bandeira, mas também obras de outros literatos, os cadernos de notas dele, as correspondências trocadas com amigos, biografias elaboradas sobre ele, depoimentos de tisiólogos brasileiros pioneiros na luta contra a tuberculose, periódicos e fotografias. Dentre esse universo de fontes, Ângela Porto relega um lugar de destaque à literatura, que, para ela, “particularmente aqueles consubstanciados em arte, colocam-se como instrumentos privilegiados através dos quais podemos ler a doença não apenas como expressão do caos, mas como elemento dinamizador, no seu sentido mais profundo, da vida” (PORTO, 1997: 23).

A historiadora Ângela Porto divide seu trabalho em duas partes, cada uma composta por três capítulos. Na primeira parte, a autora historiciza a relação da medicina com a tuberculose no Brasil, apontando a necessidade de observar como os diagnósticos eram feitos, quais as indicações de tratamentos disponibilizadas na época. Nesse momento, Porto passeia sobre as imagens elaboradas da tísica, as representações expressas pela sociedade sobre essa moléstia, retrocedendo, no recorte temporal estabelecido pela pesquisa, retornando ao século XIX com a representação romântica da tuberculose, para marcar as fronteiras das mudanças que essas representações vão apresentar no século XX. Utiliza como argumento chave o de que o “doente tem tempo para elaborar uma visão de si e de seu mal, e, sobretudo por sua duração, a doença se torna uma forma de vida” (PORTO, 1997: 95). Na segunda parte do trabalho, Porto passa a tratar sobre a vivência da tuberculose de Manuel Bandeira, tendo como método de análise a abordagem da sua trajetória de vida para “refletir sobre as condições de construção da identidade do enfermo [...], sem, todavia, perdermos de vista o fato de o indivíduo, portador primeiro do sentido de sua experiência, [...] conceber e compreender sua própria identidade numa relação necessária com o outro” (PORTO, 1997: 18). Com isso, Ângela Porto inicia seu texto com a descoberta da condição de tísico por Bandeira, como ele enfrentou esse mal, compreendendo um homem que se vê diante de uma experiência limite de espera pelo desfecho final, a morte. Nesse contexto, a historiadora mostra como a poesia foi utilizada como meio de desabafo e de reconstituição da identidade de um sujeito que se vê prestes a morrer.

A tese *A vida inteira que podia ter sido e que não foi*: trajetória de um poeta tísico demonstra que o historiador tem que atentar para os processos de adoecimento, observando a dialética entre a sociedade e o enfermo, apresentando as representações



elaboradas sobre a doença e sobre o doente, que lugares eram relegados no social para um ser que está prestes a morrer. Porto apresenta também um trabalho que analisa, numa escala menor, a sociedade, dando enfoque ao indivíduo e sua experiência com a doença, percebendo as múltiplas maneiras de se apropriar de uma realidade marcada pela convivência com moléstias.

Outro trabalho existente na historiografia brasileira que dá enfoque à doença é o livro *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre: 1918* (ABRÃO, 2009), da historiadora Janete Silveira Abrão, doutora em História Contemporânea pela Universidade de Barcelona. Esse livro propõe um estudo interdisciplinar, unindo História e Medicina para traçar a análise dos comportamentos coletivos diante da Gripe Hespânica, na cidade de Porto Alegre em 1918, defendendo a apropriação do historiador com relação à temática da doença já que ela é um fenômeno que faz parte da humanidade em todos os tempos e sociedades. Janete Abrão com sua pesquisa aproxima-se do trabalho desenvolvido por Sidney Chalhoub em *Cidade febril*, pois se trata de uma abordagem que estabelece a doença, no caso a gripe hespanhola, como impulsionadora de mudanças em diversos âmbitos da sociedade:

Evidencia-se, que, nos séculos passados, doenças epidêmicas, como a varíola, a tuberculose, a gripe, o tifo, a peste e a cólera, entre outras, enquanto fenômenos que repercutiram no plano coletivo, alteraram de maneira trágica não somente os movimentos demográficos, mas também a economia, a política e os costumes das populações atingidas. (ABRÃO, 2009:13).

Nessa produção de Janete Abrão, há a apresentação de uma pluralidade de visões que se tinha sobre a gripe hespanhola, sendo que, no decorrer da obra, a autora “indagou-se quais seriam as concepções sobre a doença, a maneira de pensar a epidemia pela coletividade e os tratamentos empregados no combate à Hespânica pela sociedade em geral” (ABRÃO, 2009:16). Para responder a esses questionamentos, a historiadora utilizou uma vasta gama de fontes, como relatórios governamentais, periódicos, constituição política do Rio Grande do Sul da época, livros de óbito dos hospitais, fotografias, fonte oral. A autora traça uma análise tanto qualitativa quanto quantitativa desse acervo documental, estabelecendo diálogos entre as fontes, contrapondo, por exemplo, o discurso do governo com o apresentado nos jornais. Por meio do método quantitativo, Abrão mostra que o historiador que pretende ter a doença como objeto de estudo deve lidar com os números, pois é necessário uma análise de dados numéricos de

mortalidade e natalidade, pessoas acometidas pela doença, despesas dispensadas pelo Estado para o tratamento da moléstia. A partir desses números, devem ser elaboradas tabelas que possibilitem a construção das interpretações do historiador.

A obra *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre: 1918* é dividida em cinco capítulos que percorrem diferentes problemas para dar respaldo ao objetivo do livro. A narrativa de Abrão inicia-se com a apresentação da trajetória da gripe hespanhola no mundo, seguindo-a até sua chegada no Brasil, primeiramente no Rio de Janeiro e em São Paulo, passeando pelas condições sanitárias do país, nos anos de 1889 a 1918, para depois adentrar o estudo da vivência da epidemia da gripe em Porto Alegre. O estudo de outras realidades que não apenas a do recorte espacial estabelecido para a pesquisa se fez necessário para demonstrar que a gripe não afetou apenas a cidade de Porto Alegre, mas era uma moléstia que afligia constantemente outras paragens do mundo. A partir desse momento, o foco passa a ser as implicações da gripe sobre a cidade de Porto Alegre, rastreando os começos da atuação dessa moléstia no seio da cidade. Abrão trata das ações governamentais frente à situação de calamidade provocada pela epidemia. A historiadora tem a preocupação de inserir a percepção dos médicos e da sociedade da época, buscando compreender os aparatos linguísticos que utilizavam para se referir à doença. Como ela esclarece, houve um esforço de “não cair em anacronismos verbais e conceituais, toda documentação coletada e, particularmente, todo o diagnóstico gripal elaborado exigiram meticulosa análise prévia do vocabulário, dos conhecimentos médicos, ou seja, exigiram uma ‘tradução’” (ABRÃO, 2009:17). Há também no texto um contraponto entre as formas de medicina que atuavam naquela realidade. A autora defende que “havia duas medicinas: uma oficial, lutando contra as suas próprias limitações; outra, a medicina popular que articulava uma série de propostas terapêuticas em que se misturavam tratamentos tradicionais da medicina da época com as mais inusitadas mezinhas” (ABRÃO, 2009: 92). Uma das grandes contribuições desse trabalho é o olhar que a autora lança sobre o medo da doença, uma moléstia que desestruturava o cotidiano, medo do desconhecido, a medicina quase nada podia explicar sobre a gripe, medo, portanto, da morte.

O livro de Janete Silveira Abrão traz para o historiador da doença a possibilidade de diálogos com outras áreas, ao apresentar uma interdisciplinaridade com os estudos elencados pela medicina. Esse trabalho mostra que, por mais que a doença seja uma realidade inexorável ao atingir a humanidade, os sujeitos não ficam passivos diante

dessa realidade, batalham, lutam contra a gripe hespanhola, mas o medo os persegue, medo desse mal que se mostrou implacável perante os recursos da medicina. Assim como o trabalho de Chalhoub, *Banalização da morte na cidade calada* mostra uma doença que não se limita ao campo do saber médico, mas percorre e atinge diversos âmbitos do social. O texto de Abrão pincela a pequenez do homem diante da doença e, conseqüentemente, da morte, e apresenta o texto de Daniel Defoe, *Um diário do ano da peste*, uma boa introdução para começar a tratar da historiografia sobre a morte: “agora, a Morte monta triunfalmente seu cavalo lívido pelas nossas ruas. Entra em todas as casas onde um morador possa ser encontrado. Agora, o povo cai tão intensamente como as folhas no outono, quando são estremecidas por um vento forte” (DEFOE, apud ABRÃO, 2009: 123).

### **A temática da morte como objeto de análise para o historiador**

O estudo das atitudes diante da morte se tornou possível a partir de mudanças nas perspectivas, nos procedimentos e métodos na realização do ofício do historiador. No final da década de 1920, historiadores como Lucien Febvre e Marc Bloch iniciaram seus estudos em um campo histórico que depois seria conhecido como História das Mentalidades, o que permitiu uma ampliação no campo historiográfico através da “emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares [...], etc.” (CHARTIER, 1990: 14). Dessa forma, percebe-se a morte enquanto um objeto de pesquisa histórica.

Este estudo não se limita apenas à percepção do fato da morte e das apropriações culturais que o envolvem, mas informa também o ser homem, o viver, a cultura se relacionando com o natural. Refere-se, portanto, a uma produção historiográfica que compreende que “todas as representações da morte estão imersas em um contexto ou em um banho cultural que é propriamente o tecido da História” (VOVELLE, 1991: 134). Assim, abordam-se três pesquisadores brasileiros que elencam a temática da morte como objeto de estudo, João José Reis, Claudia Rodrigues e Antônio Motta.

No Brasil, na década de 1990, surge um trabalho historiográfico pioneiro na relação entre a história e a morte. Trata-se da obra *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, de João José Reis, historiador que segue a

tradição historiográfica da História das Mentalidades a partir de Philippe Ariès<sup>2</sup>, Michel Vovelle e outros. Reis visa à apreensão das atitudes diante da morte no século XIX, na Bahia, levando em consideração um momento de questionamento das práticas estabelecidas, a exemplo da revolta da Cemiterada, ocorrida em 1836, envolvendo as irmandades religiosas, formadas por leigos que possuíam, dentre outras funções, a de cuidar dos ritos fúnebres de seus membros, e a população baiana, reivindicando a paralisação das obras de um cemitério público, sem o monopólio dessas irmandades. Com seu trabalho, Reis afirma que a morte possui uma historicidade, que cada época e sociedade vivenciam o morrer de formas diferenciadas:

[...] Existem maneiras cultural e historicamente situadas de homens e mulheres encararem seu destino derradeiro. Em anos recentes, os historiadores tem se preocupado justamente em estudar a diversidade regional e as mudanças no tempo das atitudes diante da morte. Os estudos já elaborados, principalmente na França, são numerosos o bastante para que seja possível fazer um mapeamento básico do tema. Eles nos ajudam a entender que o que ocorreu no Brasil, e na Bahia em particular, não foi um fenômeno isolado, apesar de obedecer a ritmos e lógicas culturais próprios. (REIS, 1991: 73).

Reis divide sua obra em treze capítulos, que discorrem sobre atitudes diante da morte na Bahia no século XIX, lançando mão de documentos jurídicos, dados demográficos, testamentos, literatura médica e jornais. João José Reis estabelece uma análise minuciosa dessa vasta documentação, estabelecendo diálogos entre o acervo de fontes para assim compor uma mentalidade da época frente à morte. Em um primeiro momento, o autor explicita as condições da cidade de Salvador, apresentando o cenário que propiciou a ocorrência da Cemiterada, como se encontrava a economia, a demografia, questões sociais na cidade. Depois, passa para a análise das irmandades, como se constituíam, quais as relações que estabeleciam com a sociedade. Após a apresentação desse contexto, Reis analisa as atitudes diante da morte através, principalmente, dos testamentos, observando que uma das atitudes mais recorrentes no contexto que estuda são as “pessoas terem todo o interesse em cuidar bem de seus mortos, assim como da própria morte” (REIS, 1991: 90).

João José Reis caracteriza a morte no Brasil oitocentista, a partir de uma recorrente presença da doutrina católica, com a ideia de imortalidade da alma, o que acarreta como consequência uma preocupação com o destino da alma, necessitando

---

<sup>2</sup> Philippe Ariès historiador das mentalidades pioneiro no estudo das atitudes perante a morte. Suas pesquisas resultaram em três obras, a saber: (ARIÈS, 2000. v. 1; ARIÈS, 1990. v. 2; ARIÈS, 2003).

cuidar de se ter uma boa morte, que fosse vivenciada na presença de muitas pessoas, com o cuidado de um padre, para preparar a passagem para o outro mundo. Nesse contexto, esse historiador mostra como havia uma necessidade de se refletir e se preparar para a morte. Daí ocorria a prática de fazer testamentos que visavam não só a distribuição de bens, mas também à encomendação da alma, indicando número de missas e como deveria transcorrer o enterro. O trabalho de João José Reis aborda o processo da secularização das atitudes frente à morte por meio da análise dos preceitos médicos que indicavam que os enterros deveriam ocorrer em cemitérios fora da cidade e não mais na Igreja, assim como do conjunto de leis que regularizaram, em Salvador, no ano de 1836, a construção de um cemitério público sem os cuidados das irmandades religiosas. O interessante dessa pesquisa é que esse historiador não aborda apenas os discursos oficiais sobre as novas práticas que deviam ser estabelecidas perante a morte, mas registra ainda a reação da sociedade frente à realidade que estava se constituindo, por meio das ações dos populares na já citada Cemiterada, revolta em que houve uma peregrinação até o novo cemitério e a quebra de toda a sua estrutura.

No trabalho de Reis, a análise da morte que ele procede é envolta no social, pois apresenta as atitudes diante da morte, levando em consideração os discursos religiosos, médicos e jurídicos. Essa obra demonstra influência no fazer historiográfico brasileiro, já que, após essa publicação, eclodiram diversas pesquisas que culminaram em dissertações e teses, visando à análise da secularização dos cemitérios e dos ritos fúnebres que envolvem a sociedade brasileira em seus séculos de história.

Continuando com a análise da historiografia brasileira sobre a morte, passa-se a abordar o trabalho de Claudia Rodrigues, fruto da tese de doutorado defendida em 2002 na Universidade Federal Fluminense, denominada *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Essa obra tem como objetivo principal analisar o processo de transformações das atitudes em relação à morte no Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, ou seja, a autora teve que usar como metodologia a longa duração, pois a apreensão de mudanças nas práticas frente à morte só é percebida em um recorte longo, já que essas transformações ocorrem lentamente, sendo quase imperceptíveis pelos seus contemporâneos, como justifica Rodrigues:

É consenso entre os historiadores da morte que este é um tema que deve ser analisado na perspectiva da longa duração plurissecular [...]. Por esse motivo, muito embora a segunda metade do oitocentos tenha sido o momento em que se efetivou o processo de secularização da

morte, no Rio de Janeiro, pretendo retornar ao século XVIII a fim de identificar a base das práticas e das representações hegemônicas do catolicismo diante da morte. (RODRIGUES, 2005: 24).

A pesquisa de Claudia Rodrigues possui um imenso acervo documental que conta com testamentos, inventários, manuais da boa morte, periódicos, registros paroquiais de óbitos, discursos pronunciados em enterros, projetos de leis para a secularização de cemitérios. A pesquisadora utiliza esse acervo por meio de análise qualitativa e quantitativa, elaborando tabelas que constam dados da frequência de óbitos, questões mais elencadas em testamentos, dentre outros pontos. No entanto, ela destaca em seus trabalhos as fontes testamentais, pois “o testamento foi utilizado como um meio de exteriorizar o sentimento religioso e a fé em Deus que diziam ter, a obediência aos preceitos do catolicismo, a crença em seus dogmas” (RODRIGUES, 2005: 38). No decorrer de seis capítulos, Claudia Rodrigues transita por questões já tratadas no livro de João José Reis, porém, similitudes à parte, o que mais marca são as diferenças, pois Rodrigues amplia o recorte temporal de Reis, indo até os anos iniciais da república brasileira e não aborda as concepções da medicina, ao visar interferir nas práticas perante a morte.

Assim, *Nas fronteiras do além* é uma obra chave para a compreensão da mediação eclesiástica entre vivos e mortos no Brasil, porque aborda como eram ditadas as regras da pedagogia do bem morrer por meio de manuais aceitos e divulgados pela Igreja Católica, demonstra como se dava a apropriação por parte da população dessas regras de bem morrer e apresenta o caráter normatizador desses livretos, mas também as táticas de seus leitores para burlá-los e inserir as suas subjetividades frente à morte. A autora enfatiza um sentimento perceptível em diversos testamentos que era de que “a morte era certa, seu momento era incerto, e nada como se prevenir diante de uma doença da qual poderia não escapar” (RODRIGUES, 2005: 32). Esse sentimento era impulsionado pela pedagogia do medo veiculada pela Igreja Católica de que as pessoas deviam se preparar para a hora da partida, se precaver para salvar a alma. Após apresentar o controle estabelecido pela Igreja sobre a morte, Rodrigues passa a tratar sobre as transformações nas atitudes diante da morte nos meados do século XIX, mostrando os começos dos enterros civis, os impulsionamentos do surgimento dos cemitérios seculares, ocorrendo uma delimitação maior na fronteira entre a religião e o espaço temporal.

O trabalho *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro* (séculos XVIII e XIX) possibilita a abertura de diversos caminhos para o estudo das

atitudes perante a morte, pois é um texto que elenca diferentes discussões sobre a morte e o morrer, ao conectar os discursos religiosos com o leigo, mostrando passo a passo como as transformações foram ocorrendo, primeiramente na seara dos intelectuais céticos e pouco a pouco afetando um quadro populacional maior. A autora demonstra sagacidade e sensibilidade ao lidar com o seu objeto, as representações sobre a morte, por quebrar com a ideia plenamente divulgada no conhecimento comum de que com a secularização da morte acarretou uma descristianização da sociedade. Ela mostra que essas fronteiras foram melhor delimitadas, mas que a religião continuou a reger grande parte dos ritos fúnebres no contexto analisado.

Outro trabalho que versa sobre a morte é *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*, do antropólogo Antônio Motta, marcado pela interdisciplinaridade entre métodos da Antropologia e da História. Trata-se de um trabalho que versa sobre os diferentes modos de dar sepultura aos mortos, especialmente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, expondo que as formas tumulares também possuem uma historicidade, são marcadas pelas mudanças na forma de conceber a cultura e, conseqüentemente, nas formas de se colocar frente à morte. Segundo o autor, “o que realmente interessa e mobiliza o foco de análise é o corpo do morto e o tratamento social a ele dispensado, apreendidos a partir de lógicas particulares de sepultamento, adotados na cultura ocidental dos dois últimos séculos” (MOTTA, 2008: 18). No recorte temporal exposto acima, Motta utiliza como fontes os vestígios materiais nos cemitérios brasileiros (cemitérios em diferentes localidades do país, Recife, Belém, Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro), jornais, romances, fotografias, álbuns de família, diários, relatos orais de famílias proprietárias de túmulos. Uma das fontes mais elucidadas no trabalho são as imagens nos cemitérios. Analisando a cultura material, perscruta-se sobre os seus significados sociais e se compreende a dinâmica social frente à morte. Antônio Motta especifica em linhas gerais quais as suas pretensões com a obra e como estabelece sua metodologia de análise:

Embora em versão bem sintética, como é afeito ao gênero ensaístico, o que se pretende é apenas ler e entender, sob uma perspectiva sócio-antropológica, algumas atitudes, significados sociais e, sobretudo, as formas de cuidado dispensadas ao corpo do morto ou cadáver, a partir de um sistema de objetos diversos, composto por morfologias tumulares, mobiliários funerários, placas, representações estatuárias, inscrições e epitáfios existentes em túmulos nos primeiros cemitérios brasileiros, construídos na segunda metade do século XIX. (MOTTA, 2008: 18).

Em *À flor da pedra*: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros, o autor responde ao objetivo exposto por meio de seis capítulos, nos quais analisa que “[...] o tratamento dado ao corpo do morto adquiria um significado simbólico importante para a comunidade, então relacionando à representação do destino da alma” (MOTTA, 2008: 25). Dessa forma, compreende-se que, apesar da morte ser um fenômeno individual, ela afeta o meio em que acontece como um fato social, repercutindo em diversas dimensões da vida humana. Nesse contexto, Motta apresenta os ritos fúnebres como uma necessidade social, acrescentando que são “rituais realizados pelos vivos e para os vivos, chegando a propiciar momentos de intensa sociabilidade, na maioria das vezes capazes de restaurar e fortalecer laços familiares, congregar e reaproximar membros de outras gerações, reunir indivíduos pertencentes a diferentes grupos” (MOTTA, 2008: 27). A análise feita por Antônio Motta leva a perceber que, no contexto abordado, os túmulos são signos identitários dos mortos, que proporcionam a presentificação do defunto, o monumento tumular como uma maneira de conservação da memória.

Uma constatação feita por Motta das representações da morte no final do século XIX consiste na percepção de que a humanidade sabia e aceitava a sua mortalidade, compreendia que caminhava do berço ao túmulo e a partir dessa certeza iniciava especulações sobre o Além, que seria um meio de burlar a ideia de que a morte é um fim. Concluindo suas argumentações, o autor afirma que, nessas representações sobre a morte, ela se caracterizou como uma ruptura e que ainda hoje “continua sendo objeto de uma série de atitudes ritualizadas, senão coletivas, individualizadas, mesmo que as morfologias tumulares, as dinâmicas sociais [...] em nada se assemelhem às dos antigos cemitérios que buscavam eternizar, por meio da pedra os elos intersubjetivos que ele foi capaz de desagregar” (MOTTA, 2008: 167).

O texto de Antônio Motta se mostra de muita relevância para os historiadores do tema da morte, já que apresenta os caminhos de como lidar com uma fonte pouco utilizada na historiografia brasileira, os túmulos. Motta chama também a atenção dos historiadores para a necessidade do estudo dos ritos pós-morte, os ritos fúnebres, mostrando que eles podem informar muito sobre as vivências de uma determinada sociedade, bem como das representações que esta possuía da morte.

Há, portanto, possibilidade historiográfica de análise da doença e da morte e suas abordagens históricas são relevantes por serem fenômenos naturais que se impõem à



sociedade, que caminham junto a ela, em todas as épocas. Esses objetos de estudo não se limitam apenas a percepções do fato da doença e da morte e das apropriações culturais que os envolvem, mas também informam o ser homem, o viver, a cultura, na sua relação com o natural. Olhar o ser humano frente à doença e à morte é entranhar-se nos sentimentos mais profundos, é buscar ver uma vida que é forçada a conviver com a finitude. Assim, envolto por esses caminhos expostos por Sidney Chalhoub, Ângela Porto, Janete Silveira Abrão, João José Reis, Claudia Rodrigues e Antônio Motta, pode-se fazer as próprias escolhas. Ao olhar para os passos dados por esses historiadores, busca-se traçar outros passos, observando outra realidade, a dos comportamentos frente à doença e à morte no início do século XX em Teresina.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre: 1918*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ARIÈS, Phillippe. *O homem perante a morte*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 2000. v. 1.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. v. 2.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. As setes portas. *Espaços e Debates*, n.34, p. 11, 1981.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

MOTTA, Antônio. *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massagana, 2008.

PORTO, Ângela. “*A vida inteira que podia ter sido e que não foi*”: trajetória de um poeta tísico. 1997. Tese. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 1997.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Ogs.). *História: novos objetos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SEVECENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.